

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A EXPANSÃO MERCANTIL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Alisson Slider do Nascimento de Paula<sup>1</sup>

### Resumo

Este texto propõe-se a analisar a política de Educação a Distância e suas implicações para a Educação Superior, visando a desvelar o caráter mercadológico da expansão de vagas no nível de ensino em tela, que surge sob o véu de democratização. A metodologia utilizada baseia-se no método dialético marxista, por apreender o objeto considerando-o como unidade do diverso, isto é, complexo de complexos. O eixo articular metodológico trata de uma análise documental. Assim, analisaram-se os documentos do Banco Mundial, Censo de Educação Superior de 2013 e da Unesco. Dessa forma, constatou-se que a política de Educação a Distância é utilizada como estratégia de ampliação do acesso para o Ensino Superior, a qual está calcada na noção de diversificação das fontes de financiamento desse nível de ensino. Assim, compreende-se a educação superior como um nicho mercantil imprescindível para o atual modo de acumulação do capital.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Expansão Mercantil. Educação Superior.

### Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar la política de Educación a Distancia y sus implicaciones para la educación superior, en lo que respeta revelar el carácter mercadológico de la ampliación de plazas en la pantalla de nivel de educación que viene bajo el velo de la democracia. La metodología se basa en el método

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE-UFC). Membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Práxis, Política e Educação (GTTPE). E-mail: <alisson.slider@yahoo.com>.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

dialéctico marxista de análisis, para comprender el objeto de considerar como unidad de lo diverso, es decir, complejo. El eje de la articulación de nuestra metodología es un análisis documental, por tanto, se analizaron los documentos del Banco Mundial (1994; 1997; 1999; 2002), Censo de la Educación Superior en 2013 (INEP, 2013), y de la UNESCO (2003). Por lo tanto, nos encontramos con que la política de la educación a distancia se utiliza como la ampliación de la estrategia de acceso a la educación superior, y se basa en la noción de diversificar las fuentes de financiación de este nivel de educación. Así entendemos la educación superior como un nicho de mercado esencial para el modo de acumulación de capital actual.

**Palabras clave:** Educación a Distancia. Expansión Mercantil. Educación Superior.

## Introdução

A compreensão de que a educação se trata de um elemento que contribui qualitativamente para o desenvolvimento econômico surge nos marcos do capital humano, que prossegue sendo determinante para autenticar ideologicamente as políticas educacionais no Brasil. Essa compreensão está calcada na lógica *eficientista* de setores social-democratas, os quais alegavam que os investimentos canalizados para a educação eram justificáveis em função de “[...] gerar crescimento econômico, diminuição do desemprego e estimular a inserção competitiva das economias nacionais no disputado e equilibrado mercado mundial” (Gentili, 2002, p. 56).

A partir da necessidade de administrar o setor educacional a favor dos interesses do capital, a essência desse setor concebe uma *nova noção* para essa processualidade. Impendentes capitalistas nacionais municiam um tipo de visão de Alice acerca do valor da educação. Sobre isso, Minto assevera (2012, p. 341):

[...] dos setores monopólicos aos banqueiros; dos ex-príncipes da Ditadura à Revista Veja; de intelectuais ex-funcionários de

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

organismos internacionais aos empresários do ensino, reunidos no *Fórum Nacional da Livre-iniciativa na Educação*<sup>2</sup>; sem mencionar as ONGs e 'personalidades' que organizaram junto com representantes da burguesia brasileira o movimento autodenominado *Todos pela Educação*.

Desse modo, fazemos a reprodução de um trecho que representa essa nova noção, pois a educação:

[...] não é apenas um direito do cidadão, mas um patrimônio estratégico do país, uma ferramenta indispensável ao seu desenvolvimento. Percebida a educação não como um fim em si mesmo, mas como uma alavanca para o progresso do país, e entendidos os mecanismos que regem e influenciam essa alavanca, nota-se que a simples concessão de vagas em instituições de ensino não é o final da relação entre Estado e escola, mas apenas o seu começo. (Ioschpe apud Minto, 2012, p. 342).

Para que se tornasse viável uma efetiva adequação do setor educacional aos imperativos do capital, necessitou-se de um vasto período de preparação ideológica que concebesse e alavancasse a educação como instrumento que solucionasse os conflitos sociais. Portanto, constatamos que há uma herança que se correlaciona com o setor educacional que diz respeito ao desenvolvimento das tecnologias da informação provenientes da revolução microeletrônica, o que contribui diretamente para as metamorfoses do modo de produção do sistema produtor de mercadorias nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, a Educação a Distância (EaD) é contemplada nesse contexto por contribuir diretamente para a acumulação do capital. E, como são produtos do capitalismo, a EaD e a tecnologia dão impulso a inovações tecnológicas que auxiliam no âmbito do capital financeiro.

O contexto em que se deu a inserção da política de EaD na Educação Superior está intimamente inter-relacionado com os imperativos do capital, a saber: competição, acumulação e maximização dos lucros. Nesse sentido, o

---

<sup>2</sup> Sobre o *fórum* e suas propostas para o ensino superior brasileiro, ver Rodrigues (2007, cap. 3).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

capital lança olhos para setores que outrora não se lhes mostravam interessantes, é o caso da transformação de direitos sociais em serviços. De acordo com a compreensão de Minto (2012, p. 342):

No campo da educação superior, as chamadas tecnologias da EaD apresentam-se hoje como uma das principais fronteiras de expansão, em especial, do setor privado de ensino. Tornada meio preferencial de expansão de áreas fundamentais, como a formação de professores para a educação básica, a EaD amplia enormemente as possibilidades de investimentos produtivos no ensino, potencializando, com isso, as expectativas de lucros no setor.

Destarte, levantamos a hipótese de que a Educação Superior se encontra em processo de transição mais para uma tendência econômica do que para uma formação humana, atendendo, dessa forma, aos anseios do capital. Nessa acepção, o objetivo do referido texto consiste em analisar a política de EaD e suas reverberações para o Ensino Superior no que toca ao caráter mercantil escamoteado pela noção de expansão de vagas no nível de ensino em tela.

A metodologia deste estudo está calcada no método de análise dialético marxista, por apreender o objeto em sua totalidade, isto é, essência e aparência. O instrumento nuclear utilizado foi a análise documental, com base na compreensão denotada por Nishimura (2012, p. 15) citando Olinda Evangelista: “[...] localizar, selecionar, ler, reler, sistematizar e analisar as evidências contidas nos documentos [...]”, relacionando-os, assim, com o referencial teórico sistematizado. Nossa análise documental está circunscrita na verificação dos documentos do Banco Mundial (1994, 1997, 1999, 2002), Censo de Educação Superior 2013 (Inep, 2013) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2003).

## **A contrarreforma do Estado brasileiro e a inserção da Educação a Distância**

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Partimos, em nossa análise, do responsável pelo início da contrarreforma<sup>3</sup> do Estado brasileiro, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, o qual aplicou um conjunto de medidas estruturantes, redundando na liquidação de diversos direitos sociais. Contudo, com a obstrução de seu mandato através do *impeachment*, não foi factível dar continuidade à processualidade que se seguia. Todavia, Itamar Franco, que ficara em seu posto, conseguiu dar prosseguimento na realização de algumas medidas, em especial a de privatização de empresas estatais.

Todavia, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a contrarreforma do Estado, calcada no ideário neoliberal, atingiu sua aspiração. De acordo com Lima e Borges Neto (2014, s.p.):

[...] é no governo Fernando Henrique Cardoso que o projeto neoliberal de contrarreforma do Estado atinge seu desiderato. Privatizações de empresas do setor de utilidade pública, de telecomunicações, de indústria de base, dentre outros, foram realizadas mediante o Programa Nacional de Desestatização, que levou a uma desnacionalização da economia brasileira. A criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, em 1995, tendo como ministro Luís Carlos Bresser Pereira, e a formulação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, tiveram como base o Consenso de Washington, que definiu diretrizes para as reformas do Estado na América Latina mediante as seguintes orientações: redução dos gastos públicos, abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação dos mercados e privatização.

---

<sup>3</sup> Optamos, no presente trabalho, por utilizar o conceito “contrarreforma”, pois convergimos com a noção *gramsciana* do conceito em questão. Gramsci (2002, p. 143) alerta-nos acerca do fato de que “[...] as restaurações não são um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo”. Com isso, o que caracteriza a contrarreforma em sua processualidade não é a ausência do novo, mas, em verdade, a presença de uma vasta preponderância da conservação/restauração em face dos acontecimentos novos. Coutinho (2012, p. 121) elabora, baseado em Gramsci, uma diferenciação dos conceitos de “revolução passiva” e de “contrarreforma” e fortalece o que já expomos: para o autor, na contrarreforma, é “[...] preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado”. Portanto, ainda que tenham sido aplicados novos elementos no processo de reordenamento do aparelho do Estado burguês, é imprescindível a conservação/restauração dos velhos elementos de interesse que estiveram ocultos.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Estando de acordo com as sugestões dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio), o padrão da intervenção do Estado é alterado, ocorrendo à reorientação das políticas públicas, em especial da educação. Não há um consenso quanto à definição de política pública, todavia existem elementos essenciais os quais não são descartáveis para uma análise. De acordo com Pereira (apud Lima; Borges Neto, 2014, s.p.), alguns elementos são realçados: “[...] o estudo da política pública é o estudo do Estado em ação; a política pública implica intervenção do Estado; aquela tem relação com conflitos de interesses e formas de administrá-los”. Ressaltamos que política pública não representa apenas ação isolada, significa também: “[...] não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência” (Pereira, 2009, p. 97 apud Lima; Borges Neto, 2014, s.p.). Podemos refletir que é daí que surge a concisa compreensão de Dye (1984, p. 79): “[...] política pública é o que o governo escolhe ou não fazer”.

O governo Cardoso optou por escolher a expansão da Educação Superior privada, a qual ganhou mais impulso com a promulgação da vigente Lei de Diretrizes Nacionais da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que implementou a diversificação institucional em caráter oficial, resultando em um processo de expansão de matrículas e de instituições em larga escala no Ensino Superior, acompanhado de uma massificação desse nível de ensino, marcado pela:

[...] precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social nesse nível de ensino, como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais. (Dourado, 2002, p. 246).

O artigo 80 da LDB denota a Educação a Distância (EaD) como possibilidade de formação profissional e sua utilidade para todas as modalidades e níveis educacionais, através de peculiares programas. A EaD é compreendida, a partir da lei em comento, como instrumento crucial para a política de

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

capacitação e atualização dos docentes voltados para a Educação Básica. Lima e Borges Neto (2014) compreendem que o governo Cardoso fomentou a constituição de consórcios envolvendo as universidades brasileiras. Conforme os autores, as experiências destacadas são:

[...] Consórcio Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), criado em 2000, entre universidades estaduais e federais, que ofertariam licenciaturas a distância, como Pedagogia e Ciências Biológicas; o Instituto Universal Virtual Brasileiro/Rede Brasileira de Educação a Distância (IUVB.BR), fundado em 2000 por instituições de ensino superior privadas (Universidade Anhembi Morumbi, Unama, UNP, Uniderp, Unit, Unicentro Newton Paiva, Unimontes, Unisul, UVA (RJ) e UW); Projeto Veredas, iniciado em 2000, formado por IES públicas, comunitárias e confessionais, cujo objetivo era formar professores leigos para atuação no ensino fundamental; Universal Virtual do Centro Oeste (UNIVIR-CO), constituída de IES públicas federais e estaduais de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília; Universidade Pública Virtual do Brasil (UniRede), que agregava universidades públicas (federais, estaduais e municipais) de todo o país, com início de suas atividades em 2000. (Lima; Borges Neto, 2014, s.p.).

Após o término dos dois mandatos de Cardoso, Lula da Silva assume a presidência da República. Contudo, críticos do governo Cardoso consideram que o governo petista obteve uma “herança maldita” de seu antecessor, a saber: elevadas taxas de juros, desfavorável saldo na balança comercial e dependência econômica ante a economia do centro do capitalismo.

Lima e Borges Neto (2014, s.p.), baseados na concepção econômica de Filgueiras e Gonçalves (2007), consideram que o modelo econômico instituído ainda na década de 1990 possui como componentes estruturantes: “[...] a abertura e liberalização da economia, privatização de empresas estatais e desregulamentação do mercado de trabalho, sendo por isso liberal. É periférico por sua forma particular de aplicação da política econômica do neoliberalismo”.

Nesse cenário, podemos pôr em relevo as relações de classe do bloco hegemônico, em que ocorreu a predominância financeira no primeiro mandato de Cardoso; no segundo mandato, as aspirações de outras frações de classes foram



# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

acomodadas, em especial a dos exportadores, o que se deu também no primeiro mandato de Lula da Silva.

Em função de o governo Lula da Silva ter optado pelo continuísmo e por manter e honrar todos os acordos do governo antecessor, expostos evidentemente na *Carta ao Povo Brasileiro*, caracterizamos esse processo como um “*transformismo político*”<sup>4</sup> do Partido dos Trabalhadores de modo estrutural (De Paula, 2015). No que tange às políticas sociais, no referido governo, deu-se ênfase à lógica da focalização e do assistencialismo em detrimento da universalização dos direitos.

Lançando olhos para a política de Educação Superior empreendida no governo Lula da Silva, constatamos que está assentada nas orientações dos organismos internacionais, sofrendo grande influência principalmente do Banco Mundial (BM). Foi no governo em tela que, em janeiro de 2004, foi publicado o Anteprojeto da Reforma Universitária e suas consecutivas versões (Brasil, 2004); à época, Tarso Genro estava à frente do Ministério da Educação (MEC).

Em verdade, o conteúdo que estava subjacente nessas versões possuíam temas essenciais para a lógica da Educação Superior brasileira. Destacamos, na visão de Trópia (2012, p. 362-363):

[...] a concepção de Estado avaliador, a Parceria Público-Privada na definição de projetos e investimentos públicos, política de cotas visando ao combate do elitismo nesse nível de ensino, transferência de recursos públicos para IES privadas e flexibilização do sistema educacional superior. As ideias-força mencionadas foram materializadas mediante a publicação de decretos, leis, medidas provisórias, que iam, na prática, consolidando, de forma fatiada, a reforma universitária.

---

<sup>4</sup> O conceito de transformismo empregado neste trabalho está alinhado à concepção *gramsciana* de transformismo, logo, para o autor, o transformismo trata de uma consequência da revolução passiva, isto é, a prática do transformismo se dá no interior de seu desenvolvimento histórico, por meio de um processo de cooptação dos dirigentes políticos das classes trabalhadoras, assim, procura-se tirá-las de seu papel de protagonistas no que toca à transformação social (Gramsci, 2002).



# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

A EaD foi demasiadamente defendida no documento intitulado *Universidade numa encruzilhada*, de autoria do então primeiro ministro da educação do governo Lula da Silva, Cristovam Buarque. Esse documento preconiza a necessidade de uma metamorfose no conceito de universidade. Essa metamorfose teria como intermédio a EaD, que tornaria viável a implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a qual seria uma instituição “[...] sem muros e sem um *campus* fisicamente definido” (Otranto, 2006, p. 45). Assim, “[...] a universidade do século XXI será aberta a todo o planeta. As aulas serão transmitidas pela televisão, pelo rádio e na internet” (Buarque, 2003, p. 18).

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)<sup>5</sup> buscou ampliar 600 mil vagas no Ensino Superior no que diz respeito à EaD, abrindo, desse modo, o mercado da EaD às empresas transnacionais e aos “[...] governos que exportam tais serviços e vêm exercendo pressão nos chamados ‘mercados emergentes de serviços’” (Otranto, 2006, p. 45). Esse processo consiste em uma pauta crucial para a Associação do Livre Comércio das Américas (Alca) e para a Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com a autora supracitada:

A OMC lucra com os chamados ‘serviços educacionais’ e os países-membros, com destaque especial para os Estados Unidos, exercem pressão para a adoção de regras comerciais no campo educacional. É importante destacar que o setor de serviços é considerado o maior da economia americana e já vem recebendo atenção especial também do governo brasileiro. Atrelando a educação ao setor de serviços, já que, segundo a OMC, ela deve ser vista como mercadoria, a abertura de um mercado emergente como o Brasil pode representar muito lucro. Daí o interesse do governo americano em integrar o Brasil na ALCA e na OMC. (Otranto, 2006, p. 47).

Em 2006, o Decreto nº 5.800 já tinha instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil, buscando desenvolver a modalidade EaD, com o intento de interiorizar e expandir a oferta de Ensino Superior no Brasil. Nessa acepção, os

<sup>5</sup> O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) iniciou seus trabalhos oficialmente a partir do Decreto de 20 de outubro de 2003. O GTI foi encarregado de verificar a Educação Superior brasileira e expor um “[...] plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (Otranto, 2003, p. 43).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

objetivos da UAB escamoteiam a metamorfose da Educação Superior em um lucrativo e progressivo negócio e requerem enxugamento nos gastos, o que se torna mais factível a partir da implementação da EaD nos cursos de graduação. Escamoteiam, assim, os anseios do capital internacional em investir na Educação Superior brasileira de modo menos dispendioso.

Sendo assim, tendo analisado a inserção da política de EaD na política de Educação Superior em tempos de ajuste estrutural, isto é, de contrarreforma do Estado, partimos, no item que segue, para a análise do movimento empreendido pela Educação Superior brasileira correspondente ao seu padrão capitalista dependente. Esse movimento realça dois elementos centrais: aprofundamento da heteronomia cultural e consolidação da educação como nicho de mercado promissor para o capitalismo brasileiro e internacional.

## **A expansão/democratização de caráter mercantil**

O modo como o sistema sociometabólico do capital tem redistribuído a riqueza mundial, bem como o poder, tem fomentado um movimento duplo no Ensino Superior. O primeiro concerne à mobilidade de docentes e discentes do Brasil para países do centro do capitalismo como tática econômica em face das premências nacionais todavia condicionadas aos imperativos da divisão internacional do trabalho, isto é, em apreender as técnicas para adaptar ao Brasil os produtos com alto valor agregado produzidos nos países desenvolvidos (Silva Júnior; Sguissardi, 2013). O segundo diz respeito ao ajuste do mercado nacional para que o Ensino Superior seja utilizado como mercadoria. Destarte, o primeiro movimento evidencia a relação complexa que envolve o modelo dependente de Educação Superior inerente aos países periféricos<sup>6</sup>. Essa processualidade

---

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento acerca do padrão dependente da educação superior, ver Fernandes (1975).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

intensifica ainda mais o processo de heteronomia cultural, bem como o de dependência tecnológica e educacional.

A mundialização do capital produziu uma ininterrupta metamorfose no planeta, ressaltando a inserção do Brasil na lógica do capitalismo sob o predomínio financeiro. De acordo com Silva Júnior e Sguissardi (2013, p. 136), esse processo engendrou “[...] um ritmo econômico nacional adaptado aos fluxos e refluxos da economia política mundial”. Essa inserção necessita de um grande aparato científico de demasiadas concepções acadêmicas, logo um dos imperativos do sistema metabólico do capital é a competição em escala global, que impulsiona, concomitantemente, os avanços da urbanização e o desenvolvimento industrial da nação. Assim, os autores em foco, trabalhando em uma análise das considerações de Neil Smith acerca da capacidade global do capital, delineiam:

[...] Já em 1984, Neil Smith, em seu *Uneven Development*, reconheceu a capacidade mundial do capitalismo. Neste relevante livro, as novas formas de desindustrialização, industrialização, declínio regional, centralização de capital, a urbanização, a geopolítica, o nacionalismo e a nova divisão internacional do trabalho, que os processos de mundialização produzem, são analisados como acontecimentos que não são separados, ‘mas [são] os sintomas de uma transformação muito mais profunda na geografia do capitalismo’ [...]. (Silva Júnior; Sguissard, 2013, p. 136).

Nesse sentido, a noção de Smith acerca da mundialização do capitalismo segue com grande relevo atualmente. Contudo, a concepção atual da universidade gera um entendimento de forma generalizante no modo em que o sistema de capital ajusta e utiliza esse nível de ensino, transformando, portanto, a Educação Superior em um instrumento de extração lucrativa local e global. Esse processo dialético se situa no Ensino Superior em suas duas esferas, tanto privada como pública, o que ocorre no Brasil e nas demais nações do território mundial.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Vale ressaltar que a hipótese deste trabalho reside na compreensão de que a Educação Superior se encontra em processo de metamorfose mais para uma tendência econômica do que para uma formação humana assentada na produção do conhecimento autêntico e crítico. Desse modo, tal nível de ensino fica à mercê de um processo em que os conhecimentos classificados como “utilizáveis” são os produzidos internacionalmente, aprofundando, pois, a lógica do padrão dependente que se aguça na esfera financeira do capitalismo mundializado. Com isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, os docentes e os discentes passam a sofrer os imperativos de uma economia planetária com colossais implicações imperialistas.

Parafraseando Silva Júnior e Sguissardi (2013, p. 137):

As universidades da América do Norte e da União Europeia têm oferecido aos brasileiros programas de graduação, pós-graduação ‘sanduíche’, bem como experiências e oportunidades de pesquisa prolongadas (por exemplo, pós-doutorados e parcerias de pesquisas entre pesquisadores seniores) como uma operação de exportação de serviços. O Estado brasileiro reconhece tanto o intercâmbio de seus alunos e professores e a reforma das universidades públicas como uma iniciativa estratégica necessária para posicionar o Brasil como uma potência na economia política mundializada. A consequência consiste em que os estudantes brasileiros e os professores tendem a considerar a educação superior como um meio para um fim pragmático profissional através de *rankings* universitários, ensino a distância, pós-graduação flexível e programas de atualização. Esta perspectiva impulsionada pelo mercado desafia a educação superior brasileira. Embora esta atitude pragmática e orientada para o mercado sempre tenha existido no Brasil, é a velocidade da mundialização do capital e a amplitude geográfica atingida pelo sistema universitário brasileiro que é mais notável em razão do processo de mundialização da educação superior.

Desse modo, lançamos olhos para a lógica da dita “democratização” da Educação Superior, ainda que de forma breve. Logo, além do processo voltado ao mercado, garantindo intercâmbios para aprofundar a lógica da mundialização da Educação Superior, o que intensifica o processo de heteronomia cultural, a democratização foi utilizada nos discursos oficiais como um modo de atingir a

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

grande massa brasileira. Assim, o modelo de expansão do ensino superior brasileiro possui uma vasta história, porém, para caracterizá-lo, examinaremos seu progresso nos últimos anos.

A expansão dos *campi* das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), a criação de 14 universidades federais no Brasil desde 2003, “[...] beneficiando [...] especialmente o interior do país, e, certamente, o Reuni deverão ter importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal” (Sguissardi, 2008, p. 996). Todavia, desgraçadamente, sua implicação sobre “[...] a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas será diminuto diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente representado pelo subsetor particular ou privado/mercantil” (Sguissardi, 2008, p. 996).

Com a processualidade, deu-se a expansão da Educação Superior brasileira no período de 2009 a 2013, a respeito da qual há dados disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Educação e no do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/Inep). Enfatizamos nossa análise na classificação por categoria ou dependência administrativa: pública e privada.

**Tabela 1 – Evolução das Instituições de Ensino Superior segundo a categoria administrativa: Brasil – 2009-2013**

Ano	Total	Categoria administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112
2013	2.391	106	119	76	2.090

Fonte: Mec/Inep (2013).

Ainda que possamos perceber a quantidade colossal de Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), 87,4% das IES no Brasil são privadas/mercantil. Ressaltamos que esse perfil compreende as instituições filantrópicas, confessionais e com fins lucrativos. Contudo, é necessário verificar o

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

número de matrículas nos cursos de graduação, sequenciais e de pós-graduação, destacando a categoria administrativa. Portanto, a tabela que segue pretende fazer esse levantamento.

**Tabela 2 – Levantamento das matrículas da Educação Superior brasileira segundo a categoria administrativa – 2013**

Modalidade do curso	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
<b>Graduação</b>	7.305.977	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
<b>Sequencial</b>	16.987	100	208	181	16.498
<b>Pós-graduação <i>stricto sensu</i></b>	203.717	115.001	56.094	931	31.691
<b>Total geral</b>	<b>7.526.681</b>	1.252.952	660.819	191.271	5.421.639

Fonte: Mec/Inep (2013).

A partir da análise da segunda tabela, constatamos que o montante de matrículas da graduação corresponde ao maior número de matrículas no Ensino Superior. Mas, quando verificamos em quais instituições estão localizadas essas matrículas, constatamos que, nas instituições públicas, o número de universitários representa um percentual de 26% do total, enquanto a quantidade de matrículas concentradas no Ensino Superior privado diz respeito ao percentual de 74%. De acordo com o Censo de 2013 (ano-base 2012), para 2013, houve um aumento de 3,8% nas matrículas das IPES. No que tange à modalidade EaD, é crucial realizarmos o levantamento do percentual de matrículas nessa modalidade.

**Tabela 3 – Levantamento das matrículas da Educação Superior brasileira segundo a modalidade: presencial e a distância – 2012-2013**

Ano	Modalidade	
	Presencial (%)	EaD (%)
<b>2012</b>	88,1	11,9
<b>2013</b>	84,2	15,8

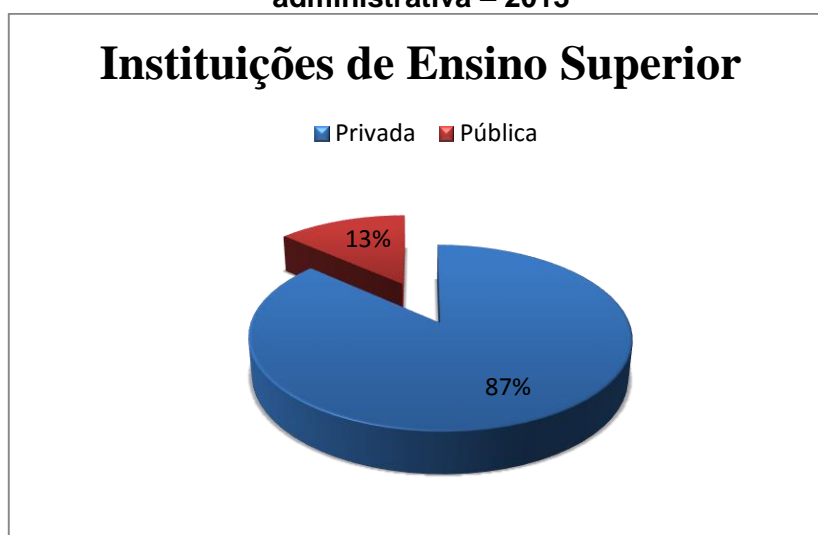
Fonte: Mec/Inep (2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Conforme a apuração dos dados, de 2012 para 2013, houve um crescimento de 3,9% nas matrículas na modalidade Educação a Distância. Não obstante, é preciso ainda aprofundar nossa análise no que toca a identificar quais instituições estão ofertando essa modalidade de ensino. Nesse sentido, o gráfico que segue pretende expor esses dados.

**Gráfico 1 – Distribuição de matrículas nos cursos a distância por categoria administrativa – 2013**



Fonte: Mec/Inep (2013).

A partir da exposição desses dados, é evidente a predominância das IPES na oferta de vagas na EaD, o que corrobora a compreensão do serviço educacional como um nicho mercadológico promissor para os setores hegemônicos nacional e internacional.

Nessa perspectiva, além da expansão das IES, há uma expansão na qual o conteúdo e a forma estão calcados em um modelo americano, logo a Educação a Distância se expressa como uma das formas da Educação Superior<sup>7</sup> no contexto da mundialização financeira; e, no cenário nacional, apresenta-se como mecanismo democratizante para esse nível de ensino, escamoteando, dessa

<sup>7</sup> Para maior aprofundamento, ver Silva Júnior e Sguissardi (2013).



# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

forma, o caráter mercantil. Portanto, buscaremos, no tópico subsequente, empreender uma análise no cenário da EaD em sua essência.

## A política de EaD e os interesses hegemônicos

A política de EaD vem configurando-se, desde a década de 1990, como uma das fundamentais políticas dos organismos internacionais, em particular do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), sob a justificativa de ampliação do acesso à Educação Superior dos países da periferia do capitalismo. Entretanto, em uma minuciosa análise acerca da EaD, tanto na forma como no conteúdo, é possível constatar que essa política se configura como mais uma tática para privatizar a educação, compreendendo-a como um promissor nicho de mercado, em especial para os setores hegemônicos internacionais.

A EaD, de acordo com as orientações dos organismos internacionais, é, portanto, focada para os setores populares e estimula a diversificação das fontes de financiamento, bem como dos cursos da Educação Superior, pondo como eixo norteador dessa política o desmanche dos limites envolvendo o público e o privado. No *Documento Estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) surgem comprimidas como Educação a Distância, tendo sua produção nos países centrais, restando aos países da periferia comprá-las e utilizá-las. Cabe ressaltar que, para obter o acesso real às TICs, é premente efetivar parcerias privadas.

[...] o Banco Mundial prestará assistência aos países para criar uma variedade mais ampla de instituições de educação superior e de sistemas de instrução (incluindo os provedores de educação privada e a distância) com o fim de oferecer maiores oportunidades educacionais ao crescente número de egressos da escola secundária, especialmente os setores mais pobres. (Banco Mundial, 1999, p. 105).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Na análise da professora Kátia Lima, o capital internacional está debelando o crítico das TICs e da EaD:

[...] como alternativa complementar à formação profissional, na medida em que omite a busca do empresariado internacional por lucratividade, por intermédio da venda de pacotes tecnológicos; o aprofundamento da dependência científico-tecnológica dos países periféricos, bem como a importante ação da educação a distância, na conformação de mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade. (Lima, 2007, p. 87).

A EaD apenas possui capacidade de realização nos limites das reestruturações em andamento na política de Educação Superior brasileira, quais sejam: o fomento à privatização interna das IES públicas, a partir das mensalidades, da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*; o aprofundamento da concepção empresarial na formação profissional; a progressiva desresponsabilização do Estado como entidade financiadora da Educação Superior pública; a flexibilização dos currículos decorrendo na redução do tempo do curso; e a precarização do trabalho docente. Essa dinâmica perpassou pelo governo Cardoso, foi aprofundada no governo Lula da Silva e teve seguimento no governo Dilma Rousseff, reiterando-se que, nos governos petistas, houve a consolidação dos programas de EaD para todas as modalidades e níveis educacionais.

A política de EaD utilizada como tática de ampliação do acesso para o Ensino Superior está assentada na noção de diversificação das fontes de financiamento desse nível de ensino. Há a venda de serviços educacionais, bem como a garantia de vagas gratuitas nas universidades públicas para os alunos com melhor desempenho, contudo, para o restante, há a cobrança de mensalidades. A noção de meritocracia se encaixa nesse quadro.

Nessa acepção, a processualidade do Ensino Superior foi concebida como ampliação do *mercado educacional* e retirada dos obstáculos ao comércio dos *serviços educacionais*, buscando a exportação de programas de EaD dos países

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

centrais para os periféricos, bem como consultorias e organização de parcerias para a viabilização da criação da “*educação transnacional*” (Unesco, 2003).

A mesma lógica de reformulação da educação superior estava presente nos documentos elaborados pelo Instituto Internacional de Educação Superior na América Latina e Caribe (Iesalc). Criado a partir da 29ª Conferência da Unesco, para substituir o Centro Regional para América Latina e Caribe (Creasal), seu objetivo seria promover a cooperação entre os Estados dessa região para o desenvolvimento da educação superior. O Iesalc elaborou, em 2003, um importante documento em parceria com a Oficina Regional da Unesco para Comunicação e Informação na América Latina e Caribe (Orcilac), contendo as análises desenvolvidas pela Cátedra Unesco de Educação a Distância (Cued): *A educação superior virtual na América Latina e Caribe*. Com o documento, visava-se apresentar um panorama da utilização das TICs na educação superior na região, incluindo o que no documento é identificado como educação a distância não-virtual (livros, videocassetes, televisão etc.) até a educação via internet. No documento, reaparecem dois elementos centrais do debate sobre a reformulação da educação superior: a constituição de uma ‘educação industrial’ operada pelas ‘megauniversidades globais’ e a transnacionalização da educação, que está sendo definida no âmbito da Organização Mundial do Comércio. (Lima, 2007, p. 85).

Destarte, esse processo que democratiza o acesso ao Ensino Superior por meio da expansão da política de EaD representa a diversificação das fontes de financiamento do Ensino Superior em um contexto de aprofundamento do caráter mercadológico da educação, do qual a OMC detém a direção do processo. No contexto de atuação da OMC, a educação é introduzida no setor de serviços a partir do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS/GATS). Ainda que a existência de IPES já represente oferta de *serviços educacionais*, no tocante às bases comerciais, a OMC defende que sejam tratados de forma igual todos os fornecedores estrangeiros desses serviços. Desse modo, caso os Estados Unidos ou algum país europeu libere uma ação no Brasil, deverá ser-lhe propiciado o mesmo tratamento que é atribuído às universidades nacionais: isenções fiscais, subsídios financeiros a partir de investimento público, entre outros.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

Para que seja expandida a venda dos serviços educacionais, no *Documento Estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*, denota-se a relevância de ações imediatas. No que tange à garantia das superações dos limites de sua liberalização, estas ações são as indicadas para os países-membros da OMC: garantia para que não haja contenção no consumo de serviços internacionais, especialmente no que concerne aos marcos legais para a participação do capital internacional; abertura para que seja factível a movimentação comercial dos provedores de serviços internacionais. Tais indicações representam o caminho para a efetivação de um processo de certificação em massa, contribuindo diretamente para a comercialização desse serviço educacional, com formação aligeirada e de desmanche do padrão europeu ensino – pesquisa – extensão.

Portanto, tais análises nos possibilitam compreender o Ensino Superior a distância, por mais que esteja sob o véu da modernização, bem como a inserção das camadas populares, que oculta uma crucial tática de formação profissional aligeirada, acrítica e a-histórica, de caráter de especialização precoce, com as mínimas competências para atender às demandas do mercado de trabalho, ressaltando o contexto do desemprego crônico que é inerente ao modo de acumulação flexível do capital. Nesse sentido, configura-se um relevante setor de exploração lucrativa para os setores hegemônicos nacionais e estrangeiros, o que configura o padrão dependente do capitalismo brasileiro sob as orientações dos organismos internacionais.

Sobre a política de EaD na esfera educacional, podemos considerar que essa modalidade se expande como serviço, ação que impulsiona a acumulação de capital de empresas que gerem os serviços educacionais. Destarte, esse processo decorre como um dos meios de precarizar a Educação Superior e, consoante Minto (2012, p. 354), torná-la “[...] rentável ao capital (daí a necessidade de desregulamentação, o barateamento do processo e, sobretudo,

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

da força de trabalho, etc.), somando-se ao já mencionado processo de diversificação/diferenciação do ensino”. O autor acrescenta que:

[...] na interface da esfera educacional com o mundo da produção em geral, vem se expandindo como alternativa de baixo custo, dentre outras coisas, utilizada pelas empresas para a certificação em serviço dos trabalhadores. Portanto, como forma de baratear o custo da força de trabalho na produção em geral. O mercado do ensino tende a capturar parcelas da população que não teriam condições de acesso ao ensino tradicional: nem nas públicas/estatais, por falta de investimentos, nem nas privadas, que cobram mensalidades acima dos ganhos da grande maioria da classe trabalhadora. (Minto, 2012, p. 356).

## Considerações finais

Com base no exposto, consideramos que a corrosão do tripé indissociável ensino – pesquisa – extensão é algo real e que está em curso no Brasil desde a década de 1960, logo, doravante análise de Silva (2001, p. 296), a partir de uma evidência de colossal redução do acesso às universidades, esse processo é identificado desde os governos militares, que estavam baseados numa “[...] idéia perversa de expansão e democratização do ensino superior”. Desse modo, optou-se por ampliar o *quantum* de vagas, tendo em vista não gerar ônus ao poder público, assim direcionaram ações para a entrada desse nível de ensino na iniciativa privada. Se a expansão das IPES superior, como expressão de uma mercadoria educacional, ainda não estava muito explícita naquela época, contemporaneamente, “[...] trata-se de algo plenamente manifesto na vigência das escolhas neoliberais” (Silva, 2001, p. 299).

A política de EaD deve ser analisada não apenas em seu aspecto pedagógico – o que por si só já fomenta um denso debate –, ainda é preciso compreender que não se trata apenas de um entrave técnico. Todavia, nos marcos do modo de acumulação flexível do capital, a política de EaD assume uma das

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

formas que o setor educacional considera como crucial para pleno atendimento aos serviços do capital.

Recorremos às estimulantes considerações de Rodrigues (2007), que denota um processo duplo em que é empreendida a mercantilização do Ensino Superior: a *mercadoria-educação* e a *educação-mercadoria*<sup>8</sup>. Reconhecemos que a Educação a Distância, pensada para buscar contemplar com formação básica ou superior as localidades mais afastadas das Instituições de Ensino Superior, parece-nos que estaria contribuindo qualitativamente para o processo de formação humana do ser social. Todavia, no cenário em que os interesses privados vão em detrimento dos interesses sociais, faz-se necessário fazer uma crítica fundamentada das políticas de EaD no atual cenário das vicissitudes do metabolismo social do capital.

---

<sup>8</sup> Fundamentando-nos na análise de Rodrigues (2007), compreendemos que a categoria educação-mercadoria é o modo de privatizar o serviço educacional, o qual aparece como objetivo dos empresários do ensino, em que se sobressaem interesses acerca da organização desse setor na efetivação de uma atividade comercial; a categoria mercadoria-educação, por seu turno, trata do modo de privatizar o insumo educacional, objetivo do empresariado industrial com vistas mormente à ampliação dos lucros dos processos produtivos, através da potencialização engendrada com a qualificação da atividade laborativa (MINTO, 2008).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

## Referências

BANCO MUNDIAL. *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria*. 2002. Disponível em: <<http://message.worldbank.org/education/>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

BANCO MUNDIAL. *Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*. Washington: 1999. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 9 maio 2015.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o Estado em um mundo em transformação*. 1997. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Anteprojeto de Lei de Educação Superior*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *Universidade numa encruzilhada*. Brasil: Unesco: Ministério da Educação, 2003.

COUTINHO, Carlos Néelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, 2012.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. O Partido dos Trabalhadores nos limites do capital. *Revista O Comuneiro, s.l.*, v. 21, s.p., 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

DYE, Thomas. *Understanding public policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.



# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 45-60.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. *Censo da Educação Superior 2013*. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

LIMA, Kátia. A educação a distância ou à distância da educação? *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, v. 16, n. 39, p. 81-92, 2007.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; BORGES NETO, Hermínio. A educação a distância no Brasil em tempos de contrarreformas: expansão, lógica discursiva e centralidade no Plano Nacional de Educação (2011-2020). *Lecturas, educación física y deportes*, Buenos Aires, v. 199, s.p., 2014.

LULA DA SILVA, Luis Inácio. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <[novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior, trabalho docente e capitalismo no Brasil: problematizando o ensino a distância (EaD). In: GALVÃO, Andreia et al. (Org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 341-357.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Lula e “reforma universitária”: presença e controle do capital no ensino superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1246-1249, 2008.

NISHIMURA, Shin Pinto. *A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o Reuni na UFRGS*. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Francisco de; MANCEBO, Deise. (Org.). *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006. p. 43-58.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X  
ano 14, número 23 – 2016

RODRIGUES, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública brasileira no século XXI educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. *Espacios en blanco: series indagaciones*, Tandil, v. 23, n. 1, p. 119-156, 2013.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexão sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, 2001.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A natureza de classe da política educacional para o ensino superior nos governos Lula (2003-2010). In: GALVÃO, Andreia et al. (Org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 360-381.

UNESCO. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. In: REUNIÃO DOS PARCEIROS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. 2., 2003, Paris. *Anais*. Brasília, DF: Unesco, 2003.